

Prefeitura Municipal de Campos Borges

"A NASCENTE DO PROGRESSO"

Ano _____

Nome do Requerente: **CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RE**

Nome do Representante: **CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE**

Protocolo N.º: **767/2025**

Data de Entrada: **11/12/2025**

Assunto: **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**

**"RESPEITO, TRABALHO E COMPROMISSO
COM O POVO."**



Adm 2021/2024

Victor Graeff, 10 de dezembro de 2025.

Ao
Sr. Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Campos Borges
Praça 13 de Abril, nº 302, Centro, Campos Borges/RS

Ref.: Impugnação ao Edital de Pregão presencial nº 020/2025

CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S/A., empresa com sede na Rodovia BR 386, Km 203, s/n, bairro São José da Glória, cidade de Victor Graeff, Estado do RS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.505.185/0006-99, vem por meio de seu representante legal, com base no item 16.2 do Edital juntamente com artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base nas razões a seguir expostas:

I - DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE REAJUSTE DO PREÇO DO SERVIÇO E DO ÍNDICE APLICÁVEL EM CASO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO

Analisando o edital e o anexo VII evidenciamos que não consta previsão de concessão de reajuste anual do preço em caso de renovação da contratação após o transcurso do prazo inicial de vigência de 12 meses. No caso consta unicamente na cláusula quinta que:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - O Prazo de vigência do contrato inicia-se da sua assinatura e vigorará até.....dede

Impera destacar que o artigo 134 da 14.133/21¹ trata de alteração de preço e não reajuste, que é a recomposição do valor no tempo. Assim, as lacunas quanto ao reajuste e ao índice aplicável devem ser supridas sob pena de infringência ao disposto no artigo 92, V e §4º, I da Lei 14.133/21, *verbis*:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

...

V - o preço e as condições de pagamento, **os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária** entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

¹ Art. 134. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

Sendo assim, resta cristalino que deve ser definido que o contrato será reajustado após o prazo de 12 meses, ou seja, deve ser definido expressamente o reajuste do contrato e o índice aplicável para reajuste. Destaca-se que a definição é imprescindível para evitar discussões desnecessárias durante a execução do contrato.

Diante do exposto a CRVR impugna o edital e o anexo VII a fim de que estes sejam retificados de modo a constar a garantia prévia de aplicação do reajuste monetário ao preço e com a indicação expressa do índice aplicável na medida em que o contrato seja renovado, sob pena de infringência ao artigo 92, V e §4º, I da Lei 14.133/21.

II – DA PREVISÃO DE HIPÓTESE INAPLICÁVEL AO CERTAME

O edital prevê na alínea “c” do item 8.1.5, que trata da qualificação técnica, a apresentação de um atestado de capacidade técnica emitido por órgão público comprovando que o interessado ***“já vendeu equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação, de forma contratual, onde os mesmos foram entregues de forma satisfatória e dentro dos prazos contratuais”***;

Ademais, é imprescindível destacar que o objeto do presente certame se trata de serviço de coleta, transporte e tratamento de resíduos oriundos dos serviços de saúde, ou seja, não se trata de venda de equipamentos.

Ante ao exposto, uma vez que o objeto do certame é a ***“contratação de pessoa jurídica para o serviço de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos oriundos dos serviços de saúde, em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde”*** fica evidente que esta exigência não é adequada para comprovar a capacidade técnica dos licitantes, motivo pelo qual deve ser retificada ou excluída.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto requer seja provida a impugnação a fim de alterar o Edital e o Anexo VII para garantir e desde já fixar no Edital qual o reajuste do preço mediante a previsão de índice de reajuste, que deverá ser concedido após o período de 12 meses, sob pena de infração ao previsto no artigo 92, V e §4º, I da Lei 14.133/21.

Requer ainda seja provida a impugnação para retificar ou excluir a alínea "c" do item 8.1.5 do Edital, no que tange a previsão de apresentação de atestado técnico compatível com o objeto do edital.

Nestes termos pede deferimento.

CRVR - RIOGRANDENSE DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S/A.

VLADIMIR BRONDANI DALLAZEN
GERENTE COMERCIAL

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 11/12/2025

Dados do Documento

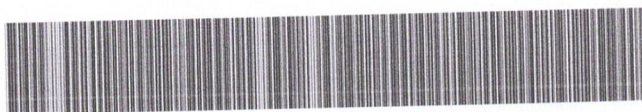
Tipo de Documento	Diversos
Referência Contrato	Impugnação Edital 020
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	10/12/2025
Validade	10/12/2025 até Indeterminado
Hash Code do Documento	5B0851109F8FCA6FCD266F7B8A489EFA8031950F36223218B4A211A08735F27

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Validador Gestão de Contratos		
Relacionamento	03.505.185/0006-99 - CRVR - VICTOR GRAEFF		
Representante			CPF
Vladimir Brondani Dallazen			668.404.300-49
Ação:	Assinado em 11/12/2025 09:14:12 com o certificado ICP-Brasil Serial - 277EA531D5D3DA6A	IP:	168.181.36.37
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/142.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **JDAWV-SETHN-VKXV2-7YCPF**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 10 de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Minas do Leão, Estado do Rio Grande do Sul, na BR-290, km 181, s/nº, parte, CEP 96755-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185/0001-84, bem como suas filiais, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **LEOMYR DE CASTRO GIRONDI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade RG nº 5011580528 e inscrito no CPF/MF sob o nº 479.570.930-00; e por seu Diretor Operacional, Sr. **CLINEU ADAIME VIEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 7004088204, emitida pela SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 602.845.360-91, ambos com endereço comercial na sede da companhia.

OUTORGADO: **ADEMIR NUNES SILVEIRA**, brasileiro, casado, Tecnólogo em Comércio Exterior, portador da cédula de Identidade RG nº 5033902833 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 550.635.350-20; **AUREO JOAQUIM MELLO DE AZAMBUJA**, brasileiro, casado, consultor comercial, portador da cédula de Identidade RG nº 1030581068 SSP/PC-RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 409.134.810-68; **JANAÍNA FORTE NUNEZ SAVEDRA**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 1080464678 SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 960.293.820-04; **MARCOS NADIR VIEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, consultor comercial, portador da cédula de identidade sob nº 1064641961 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 758.518.730-00; **MICHELE DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA**, brasileira, casada, consultora comercial, portadora da cédula de identidade RG nº 9094211928 SJS/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 025.803.070-44; **RAFAEL ALVES DA FONSECA**, brasileiro, casado, analista de licitações, portador da cédula de identidade RG nº 8106304283 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.657.970-74; **SILVIA LARISSE SCOPEL**, brasileira, em uma união estável, engenheira ambiental, portadora da cédula de identidade RG nº 3087403667 SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 015.568.200-89; e **VLADIMIR BRONDANI DALLAZEN**, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG, nº 7057310398 SJS/II-RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 668.404.300-49, todos com domicílio profissional no endereço da outorgante.

LOCAL DE VALIDADE: TERRITÓRIO NACIONAL - BRASIL

PODERES: ISOLADAMENTE, realizar todo o acompanhamento na participação e representação em procedimento licitatório, realizar em nome da OUTORGANTE e/ou de suas filiais todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do mandato, especialmente os de formular declarações, assinar propostas comerciais, pré contratos e declaração de disponibilidade, ofertas e lances de preços, acordos, assinar documentos, apresentar pedidos de esclarecimentos, impugnações, intenções de recursos, recursos, renunciar prazos de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da OUTORGANTE e suas filiais.

VALIDADE: Válido pelo período de 01 (um) ano a partir da data de assinatura, sendo expressamente vedado o subestabelecimento dos poderes aqui conferidos no todo ou em parte.

ENCERRAMENTO: Por ser verdade e dando tudo por bom, firme e valioso, firma-se a presente procuração nesta data, para que possa produzir os devidos e legais efeitos.

Minas do Leão, 02 de dezembro de 2025.

LEOMYR DE CASTRO GIRONDI
Diretor Presidente

CLINEU ADAIME VIEIRA DOS SANTOS
Diretor Operacional

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceita pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 04/12/2025

Dados do Documento

Tipo de Documento	Procuração
Referência Contrato	Procuração - Comercial Licitações - CRVR
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	02/12/2025
Validade	02/12/2025 até Indeterminado
Hash Code do Documento	BBD05A76AA1A3D2ACB89869A51FF9BC511724EC963416CDBEFF936D715E4BEA4

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Outorgante
Relacionamento	03.505.185/0001-84 - CRVR - MINAS DO LEAO
Representante	CPF 479.570.930-00
LEOMYR DE CASTRO GIRONDI	
Ação:	Assinado em 02/12/2025 06:11:18 com o certificado ICP-Brasil Serial - 09A26F3F29ED0B12 IP: 2804:18:17c:8113:91c6:cd4d:14ab:2f13
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/142.0.0.0 Safari/537.36
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Normal
Representante	CPF 602.845.360-91
CLINEU ADAIME VIEIRA DOS SANTOS	
Ação:	Assinado em 03/12/2025 06:04:10 com o certificado ICP-Brasil Serial - 550F592714C4970A IP: 200.195.233.188
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/142.0.0.0 Safari/537.36 Edg/142.0.0.0
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Normal

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): BAF0B-IEWDU-D90YK-F4ZSH



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar> através do código BAF0B-IEWDU-D90YK-F4ZSH ou em <https://validar.iti.gov.br> conforme instruções lá colocadas

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 10 de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.



BR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º NOME E SOBRENOME
VLADIMIR BRONDANI DALLAZEN

1ª HABILITAÇÃO
22/07/1992



3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
14/06/1974, PORTO ALEGRE, RS

4a DATA EMISSÃO
05/06/2025

4b VALIDADE
16/10/2029

ACC


D

5a DDC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR / UF
7057310398 SJS RS

6a CPF
668.404.300-49

7 Nº REGISTRO
01099976220

8 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
EUCLIDES DALLAZEN

MARIA MARLENE BRONDANI DALLAZEN










7 ASSINATURA DO PORTADOR








VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5018558079

9
10
11
12

ACC			
A		16/10/2029	
A1			
B		16/10/2029	
B1			
C			
C1			

9
10
11
12

D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
PORTO ALEGRE, RS

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

49150458176

R5299795608

RIO GRANDE DO SUL

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 e 3. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos. Primeira Habilitação / First Driver License / Primeira Licença de Condutor. - 4. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / Data e Local de Nascimento. - 5. Data de Emissão / Issuing Date / Data de Emissão / Issuing Date / DDMM/AAAA / YYYY / Data de Emissão - 6. Data de Validade / Expiration Date / Data de Validade / Validity Date - ACC - 4. Documento Identidade - Orgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Organismo de Identificação. - 7. Autoridade Expedidora - CAD - CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permissão de Condutor - 9. Categoria / Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observações - Local / Place / Lugar

I<BRA010999762<205<<<<<<<<<<
7406140M2910161BRA<<<<<<<<<<8
VLADIMIR<<BRONDANI<DALLAZEN<<<



PREFEITURA MUNICIPAL DE

CAMPOS BORGES

União, respeito, trabalho e compromisso com o povo



2025-2028

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2025

OBJETO: PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Impugnação ao Edital

**IMPUGNANTES: CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S/A e
SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.**

PARECER JURÍDICO

Foi encaminhado à esta Procuradoria Jurídica pelo Pregoeiro desta Municipalidade, para análise e parecer, as Impugnações apresentadas pelas Empresas **CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S/A e Servioeste Soluções Ambientais Ltda**, ao Edital do Pregão Presencial Nº 020/2025, integrante do Processo Licitatório Nº 137/2025, que tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para o serviço de coleta e transporte, tratamento, e destino final de resíduos oriundos dos serviços de saúde**.

A insurgência da Impugnante **CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S/A**, diz respeito a falta de previsão no Edital e seus anexos, de reajuste de preço dos serviços à serem executados em caso de renovação do contrato, descumprindo, assim, o disposto no Art. 92, Inc. V e no seu § 4º Inc. I da Lei Federal Nº 14.133/2021. Da mesma forma, a referida Impugnante contesta a redação contida na alínea "c" do Item 8.1.5 do Edital em apreço, tendo em vista que pela redação do referido dispositivo, dá para entender que a presente licitação destina-se a aquisição de equipamentos, e não de prestação de serviços de coleta e transporte, tratamento, e destinação final dos resíduos da saúde.

Já a Empresa **Servioeste Soluções Ambientais Ltda**, insurge-se contra a redação contida no Item 3.4 – Da Qualificação Técnica, do Edital da Licitação em análise, já que a mesma está exigindo a Licença de Operação (LO) que contemple somente a coleta e transporte, bem como, o tratamento de resíduos de saúde por autoclavagem, quando, deveria ser exigido quatro (4) Licenças de Operação (LO), a saber: i) licença de coleta e transporte; ii) licença de tratamento por autoclavagem; iii) licença de tratamento por incineração; e, iv) licença para destinação final dos resíduos em aterro sanitário. A mesma Empresa contesta também, a previsão contida nas alíneas "e" e "f" do Item 3.4 do Edital, que permite a subcontratação das etapas de tratamento e destinação final dos resíduos da saúde. Nesse ponto entende a Impugnante, que deve haver vedação a

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br



subcontratação ou terceirização integral do objeto desta licitação ou, caso seja permitida, que a mesma esteja limitada a 30% do referido objeto.

De forma sucinta, é o relatório.

Analizando os termos das impugnações apresentadas, juntamente com o disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021 e do Edital da presente Licitação, de pronto sinalo que o entendimento desta Procuradoria Jurídica é pela procedência parcial da impugnação apresentada pela Empresa CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S/A, e pela improcedência total da impugnação manejada pela Empresa Servioeste Soluções Ambientais Ltda.

Em relação a peça impugnatória da Empresa CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S/A, entende esta Procuradoria Jurídica que proceda a sua inconformidade em relação a ausência de previsão de reajuste de preço dos serviços à serem executados em caso de renovação do contrato, vez que está descumprindo com o disposto no Art. 92, Inc. V e no seu § 4º Inc. I da Lei Federal Nº 14.133/2021. Já no tocante a redação contida na alínea “c” do Item 8.1.5 do Edital em apreço, efetivamente houve equívoco na mesma, o que já foi solucionado através da Nota de Esclarecimento publicada pela Administração Municipal nos termos da legislação vigente.

No que diz respeito a impugnação apresentada pela Empresa Servioeste Soluções Ambientais Ltda, especificamente no que diz respeito a redação contida no Item 3.4 do Edital da Licitação em análise, inicialmente deve ser esclarecido que esse **item 3.4 do presente edital, NÃO TRATA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, mas sim dispõe sobre o direito de ofertar lances e de recorrer. O dispositivo do Edital que trata da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** é o **Item 8.1.5 do Ato Convocatório em análise**.

Feitas estas ressalvas, e considerando que a intenção da Empresa Servioeste Soluções Ambientais Ltda é impugnar a redação das **alíneas “d”, “e” e “f” da Cláusula 8.1.5 do Edital**, o entendimento desta Procuradoria Jurídica é no sentido que tais dispositivos não ferem a legislação vigente, motivo pelo qual devem ser mantidos, se não vejamos:

A Empresa Impugnante contesta o fato de que o edital está exigindo a Licença de Operação (LO) para o tratamento de resíduos de saúde **somente** por **autoclavagem**, alegando que deveria estar previsto também o tratamento por **incineração**. A redação consta dessa forma, pois evidentemente



PREFEITURA MUNICIPAL DE

CAMPOS BORGES

União, respeito, trabalho e compromisso com o povo



2025-2028

que os resíduos de saúde produzidos no Município Licitante, são somente os Resíduos dos Grupos A1, A4 e E que devem ser submetidos ao tratamento por autoclave, tendo em vista que o Município não produz os resíduos dos Grupos A2, A3, A5 e B, estes sim devem ser submetidos ao tratamento por incineração. Assim, não há o porque incluir o tratamento por incineração se o Município não produz resíduos passíveis de serem submetidos à essa forma de tratamento.

A presente Licitação destina-se a coleta e transporte, tratamento por autoclavagem e destinação final dos resíduos de saúde.

Desses três itens que compõe os serviços à serem contratados, o Edital estabelece que somente dois (2) podem ser terceirizados ou subcontratados, quais sejam, o tratamento por autoclavagem e a destinação final, enquanto que a coleta e transporte não é permitida a terceirização ou subcontratação, conforme se vê da redação das alíneas "d", "e" e "f" da Cláusula 8.1.5 do Edital, estando de conformidade com o que dispõe a Lei Federal Nº 14.133/2021.

Assim, esta Procuradoria Jurídica é de Parecer pela procedência parcial da impugnação apresentada pela Empresa CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S/A, em relação a ausência de previsão de reajuste de preço dos serviços à serem executados em caso de renovação do contrato, para atender ao disposto no Art. 92, Inc. V e no seu § 4º Inc. I da Lei Federal Nº 14.133/2021, e pela improcedência total da impugnação apresentada pela Empresa Servioeste Soluções Ambientais.

Salvo melhor juízo, este é o entendimento desta Procuradoria Jurídica.

Campos Borges/RS, 18 de dezembro de 2025.

LUIZ ANTONIO
BRUNORI:245862
50020

Assinado de forma digital por
LUIZ ANTONIO
BRUNORI:24586250020
Dados: 2025.12.19 07:51:37
-03'00'

PROCURADORIA JURÍDICA
OAB/RS-24.978

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE

CAMPOS BORGES

União, respeito, trabalho e compromisso com o povo



2025-2028

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATORIO Nº. 137/2025

PREGAO PRESENCIAL Nº. 020/2025

A Pregoeira, nomeada pela Portaria nº. 12.699, de 01 de fevereiro de 2025, resolve **ACATAR** na integra o Parecer Jurídico em anexo, referente a impugnações apresentadas pelas empresas **CRV-R RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS AS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**, marcando se assim a nova data de abertura de documentação e propostas para o dia **09/01/2026, as 09hs00min.**

Sem mais para o momento.


ADRIANA PETRI DA COSTA
PREGOEIRA

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br